**ATA DA 41ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO – 2017**
**(160ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DO PJE)**

Ata da 41ª Reunião do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico, realizada em 24 de novembro de 2017, às 13h30, na Sala de Reuniões da Presidência, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor **Desembargador Flávio Rostirola**, presentes os membros do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico, designados pela Portaria GPR N. 664, de 13 de maio de 2014, disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico de 14 de maio de 2014, a saber, o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito de Direito da 24ª Vara Cível de Brasília **Flávio Augusto Martins Leite**, o Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT **André Vinícius de Almeida**, a Excelentíssima Senhora Representante da OAB/DF Conselheira **Hellen Falcão**, o Excelentíssimo Senhor Procurador do DF **Alexandre Moraes Pereira**, o Senhor Secretário Especial do PJE **Declieux Dias Dantas** e o Senhor Coordenador Substituto da Coordenadoria de Sistemas e Estatísticas da Primeira Instância – COSIST **Tulio Vieira Lins Parca.** Presente ainda, a Senhora Diretora de Secretaria da 16ª Vara Cível de Brasília **Vivian Raquel Gonçalves Pereira Rimolo.** Ausentes, justificadamente, o Excelentíssimo Senhor Juiz Assistente da Primeira Vice-Presidência Doutor Lizandro Garcia Gomes Filho, o Excelentíssimo Senhor Juiz Assistente da Corregedoria Doutor Caio Brucoli Sembongi, a Excelentíssima Senhora Juíza Assistente da Segunda Vice-Presidência Luciana Yuki Fugishita Sorrentino, o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito do 7º Juizado Especial Cível de Brasília Doutor Flávio Fernando Almeida da Fonseca e a Excelentíssima Senhora Defensora Pública do Distrito Federal Sandra Aparecida Dohler Ferreira. O Excelentíssimo Senhor **Desembargador Flávio Rostirola** iniciou os trabalhos submetendo à apreciação dos membros do Comitê o **primeiro item da pauta: Aprovação da Ata da 40ª Reunião do Comitê Gestor, realizada em 17 de novembro de 2017**. A ata foi aprovada por ausência de impugnação. Em seguida, o Excelentíssimo Senhor **Desembargador Flávio Rostirola** passou ao **segundo item da pauta: Assuntos Diversos.** Na ocasião, passou a presidência da reunião ao Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito Flávio Leite, tendo em vista que precisaria se ausentar para participar da sessão do Conselho Especial. Foi franqueada a palavra à Senhora Conselheira da OAB/DF que solicitou que a aba Defensoria, fosse retirada na aba qualificação, ao lado de inserir. Segundo destacou essa aba não é intuitiva, o que pode gerar erros da parte do advogado. Foi demonstrado pelo Senhor Secretário do PJE que se a parte clicar em inserir, já vai aparecer o nome do autor tendo em vista que já foi cadastrado o endereço. É preciso cadastrar o endereço, incluir e depois salvar. O inserir fecha toda a operação de cadastrar uma parte. A Senhora Conselheira da OAB/DF destacou que os advogados são orientados a incluir, ir para o banco de dados, depois selecionar e passar a aba, até a última aba para clicar em inserir. Deste modo, destacou que irá rever essa questão no treinamento, para explicar corretamente. Em seguida, foi franqueada a palavra ao Excelentíssimo Senhor Representante do MPDFT que questionou sobre o plantão de fim de ano. O Senhor

Secretário do PJE informou que em reunião com a Presidência do Tribunal, foi noticiado que existe a intenção de implantar o plantão de meia-noite até 11h59min e aos sábados, domingos e feriados, mas que isso não deverá ocorrer ainda este ano. O Senhor Representante do MPDFT relatou que os *habeas corpus* no final de semana são físicos porque ainda não há o plantão de segundo grau eletrônico. Deste modo questionou sobre a possibilidade de que quando o Tribunal decidir pela implantação que haja um período de adaptação para os Promotores. Outra questão trazida pelo Senhor Representante do MPDFT foi em relação às dificuldades de algumas classes processuais. Segundo relatou, quando se trabalha com o processo físico e o MP é intimado, o processo vai para o Núcleo. Já no processo eletrônico não existe essa distinção entre o MP de 1º Grau e o MP de 2º Grau, existe apenas um MP cadastrado no sistema em base distintas. Relatou ainda que algumas turmas cíveis têm colocado certidões com informações mais detalhadas no processo e vinculam um documento a outro. Salientou que este procedimento facilita bastante o trabalho naquele órgão. Outro ponto trazido pelo MPDFT foi em relação a possibilidade de antecipação das classes criminais no EAD para que as equipes possam começar a conhecer as classes criminais, tendo em vista que em fevereiro ou março de 2018, deverão ser implantadas no PJE. O Senhor Secretário do PJE destacou que o segundo grau é praticamente fluxo do processo e que irá solicitar a CGSIS que coloque as classes e os assuntos no EAD. O Senhor Representante do MPDFT esclareceu em relação ao PJE criminal, que a proposta que foi chancelada pelo CNJ é que a PMDF e a PCDF seriam usuários externos do PJE. Eles iriam inserir o inquérito no PJE. Mas existem alguns pontos a serem definidos como, por exemplo, quem será o polo ativo de um inquérito policial e o polo passivo, quando não houver. Todavia, o Tribunal aprovou a ideia de tramitação direta do inquérito policial e deste modo, haverá modificações também no fluxo que já foi discutido com a Policia Civil. A Senhora Conselheira solicitou que fosse fixada uma data no próximo ano, para a reunião do Grupo de Trabalho do PJE módulo criminal, com todos os representantes dos órgãos participantes para retomar as discussões sobre o PJE criminal. Questionou ainda, se existe um prazo para a entrega do fluxo criminal ao CNJ. O Senhor Secretário do PJE esclareceu que não há uma definição de prazo ainda, tendo em vista que a equipe está trabalhando nos campos de cadastro relativo aos sistemas utilizados no criminal. São regras que precisam ser definidas e sem as quais não há como dar prosseguimento na parte técnica. Em seguida, o Senhor Representante do MPDFT questionou se alguém estaria utilizando a comunicação via MNI em relação às cartas precatórias de outros Ministérios Públicos no PJE do TJDFT. O Senhor Secretário do PJE informou que estão sendo recebidos diretamente no PJE como juízo deprecante. Em seguida, o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito Flávio Leite questionou se haveria possibilidade de colocar o ID do documento, na parte do cabeçalho para publicação no DJE. O Senhor Secretário do PJE informou que existe essa possibilidade, mas que a SEPJE não está trabalhando nessa demanda. Outra questão trazida pelo MM Juiz de Direito Doutor Flávio Leite foi se estaria sendo feita a alteração para que o DJE devolvesse o texto que foi publicado. O Senhor Secretário do PJE informou que isso estaria listado mas que há outras

demandas prioritárias e que deverá levar em torno de seis meses para ficar pronto. O MM Juiz de Direito Doutor Flávio Leite relatou que está desenvolvendo um programa para recuperar as publicações da 24ª Vara Cível do DJE. Segundo informou, foram incluídas duas tags no início e fim do arquivo para facilitar a busca desses arquivos. Salientou ainda que com o ID, será possível recuperar as decisões. Isso será útil para a pesquisa, pois a parte poderá pesquisar pelo ID. Na sequência, foi franqueada a palavra à Senhora Diretora de Secretaria da 16ª Vara Cível de Brasília que solicitou melhorias em relação à estatística do PJE, tendo em vista que a vara irá passar por uma correição. Relatou que vários diretores suscitaram dúvidas sobre quais os processos que estão na vara, em que andamento eles estão e há quanto tempo estão parados ali. O Senhor Secretário do PJE informou que o Qlik View é um boletim diário e nele constam todos os processos que estão na tarefa e a quantidade de dias, esse painel trabalha por tarefa. Além disso, consultando o Boletim de Estatísticas do PJE é possível ter acesso as outras informações requeridas. O Senhor Secretário do PJE informou que no Painel do Qlik View as informações são referentes aos últimos trinta dias. Foi solicitado a retirada da crítica de trinta dias e que o boletim passe a mostrar todas as tarefas. Por fim, o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito Doutor Flávio Leite agendou a **42ª Reunião do Comitê Gestor do PJe, para o dia 1º de dezembro de 2017, às 13h30, na Sala de Reuniões da Presidência.** Exaurida a pauta e não havendo outras deliberações por parte dos presentes, encerrou a sessão às 15h15min, determinando que fosse lavrada a presente ata, que por ser a expressão da verdade segue assinada por todos os presentes.

**Desembargador FLÁVIO ROSTIROLA**
Presidente do Comitê Gestor do PJE

**FLÁVIO AUGUSTO MARTINS LEITE**
Juiz de Direito da 24ª Vara Cível de Brasília

**ANDRÉ VINÍCIUS ESPÍRITO SANTO DE ALMEIDA**
Procurador de Justiça do MPDFT

**HELLEN FALCÃO**
Conselheira da OAB/DF

**ALEXANDRE MORAES PEREIRA**
Procurador do Distrito Federal - PGDF

**DECLIEUX DIAS DANTAS**
Secretário Especial do PJE

**TULIO VIEIRA LINS PARCA**
Coordenador Substituto da Coordenadoria de Sistemas e Estatísticas da Primeira Instância – COSIST

**VIVIAN RAQUEL GONÇALVES PEREIRA RIMOLO**
Diretora de Secretaria da 16ª Vara Cível de Brasília